

Remetente (pessoa jurídica):**CNPJ**

03.773.524/0001-03

Nome da instituição

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Setor

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Responsável pelo envio (Pessoa física):**Nome**

CÁTIA CARVALHO DA SILVA

Telefone

(19)3236-2100

E-mailCATIASILVA@TRT15.JUS.BR**Destinatário:****Nome**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Setor

Secretaria-Geral

Descrição do documento

ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CNJ/STJ/TST/CJF/CSJT Nº 053/2022

TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CNJ/STJ/TST/CJF/CSJT Nº 053/2022, SOB A ÉGIDE DO PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELA EQUIDADE RACIAL

Anexos

Termo de Adesão ao ACT 53-2022 - Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Secretaria da Administração

SAMUE
HUGO
LIMA
30/06/2023 14:22

PROAD Nº 7270/2023

ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CNJ/STJ/TST/CJF/CSJT Nº 053/2022

**TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA CNJ/STJ/TST/CJF/CSJT Nº 053/2022, SOB A
ÉGIDE DO PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELA
EQUIDADE RACIAL.**

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, com sede na Rua Barão de Jaguará, nº 901, Campinas, SP, CNPJ 03.733.524/0001-03, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Samuel Hugo Lima, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao **Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial**, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas variadas voltadas para a concretização da Equidade Racial no âmbito do Poder Judiciário.

O Presidente, Desembargador Samuel Hugo Lima, declara firme vontade de desenvolver ações para a proteção e promoção da Equidade Racial, em observância ao disposto nos artigos 3º, IV e 5º da Constituição da República, na Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (promulgada pelo Decreto n. 65.810, de 8 de dezembro de 1969), na Convenção n. 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Discriminação em matéria de Emprego e Profissão, na Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (promulgada pelo Decreto n. 10.932, de 10 janeiro de 2022), no Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010), na Resolução CNJ n. 203, de 23 de junho de 2015, que dispõe sobre a reserva de vagas aos negros nos concursos públicos no Poder Judiciário, e no inciso I do art. 1º da Recomendação CNJ nº 123, de 7 de janeiro de 2022, que recomenda a observância dos tratados internacionais de Direitos Humanos e a utilização da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, bem como a necessidade de controle de convencionalidade das leis internas.

O presente instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a promoção da Equidade Racial no Poder Judiciário, nos seguintes eixos:

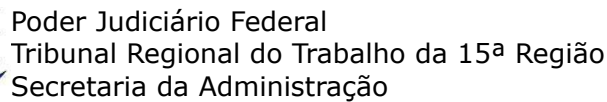
I. Promoção da equidade racial no Poder Judiciário:

I.a. fomento à representatividade racial no Judiciário;

I.b. regulamentação de Comissões de Heteroidentificação nos Tribunais;

PROAD 7270/2023. DOC 21. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2023.MWJR.MWZG:
<https://proad.trt15.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>





II.b. ações de prevenção e combate à discriminação racial no âmbito do Judiciário;

III.a. aperfeiçoamento da gestão dos bancos de dados visando à devida e necessária implementação de políticas públicas judiciais de equidade racial baseadas em evidências.

IV.a. adoção e compartilhamento de práticas e ações voltadas à correção das desigualdades raciais, ampliando a capacidade do Poder Judiciário de diálogo com os demais órgãos do Sistema de Justiça e de interlocução com os movimentos sociais organizados.

4.1.3 responsabilizar-se pela articulação institucional com as Escolas Judiciais Estaduais e Federais, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - Enamat, Corte Interamericana e Comissão Interamericana de Direitos Humanos para

Enamart, Corte Interamericana e Comissão Interamericana de Direitos Humanos para
PROAD 7270/2023. DOC 21. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte link de verificação: <https://proad.trt15.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>





Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Secretaria da Administração

como para servidores e servidoras de tribunais;

- 4.1.4 produzir as peças de comunicação institucional de divulgação das ações do projeto e disponibilizá-las aos pactuantes;
- 4.1.5 gerar relatórios dos resultados obtidos com as ações do projeto e disponibilizá-los aos pactuantes;
- 4.1.6 disponibilizar aos pactuantes as pesquisas e cartilhas produzidas por meio das ações do projeto.

4.2 São responsabilidades do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO:

- 4.2.1 indicar, conforme a respectiva área de atuação de cada partícipe, pessoal técnico para auxiliar a equipe do CNJ nas atividades de planejamento de seminários, de cursos de capacitação e da campanha de divulgação das ações;
- 4.2.2 prestar apoio logístico, sempre que possível, nas plataformas virtuais e nos locais de realização dos seminários e cursos;
- 4.2.3 divulgar as peças de comunicação disponibilizadas pelo CNJ (meio físico e eletrônico);
- 4.2.4 viabilizar a participação dos profissionais que compõem sua força de trabalho nos seminários e nos cursos de capacitação presencial;
- 4.2.5 fomentar as ações objeto do plano de trabalho;
- 4.2.6 fomentar medidas visando à inclusão da disciplina de Equidade Racial nos editais dos concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura, com destaque ao sistema interamericano, jurisprudência da Corte Interamericana, controle de convencionalidade, jurisprudência do STF em matéria de tratados de Direitos Humanos e diálogos jurisdicionais;
- 4.2.7 divulgar as ações do projeto e os respectivos resultados obtidos.

5. PLANO DE TRABALHO: Ao assinar este termo, o órgão aderente declara que recebeu cópia do Plano do Trabalho.

6. PUBLICAÇÃO:

- 6.1 O Conselho Nacional de Justiça publicará o extrato deste Termo no Diário Oficial da União, conforme o parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/1993.
- 6.2 O CNJ encaminhará cópia do extrato de publicação ao órgão aderente.

Campinas, 29 de junho de 2023.

Desembargador Samuel Hugo Lima
PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL
DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

